

NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTADO

Vânia Maria Losada Moreira

A história brasileira dos anos 1930-1964 dificilmente pode ser compreendida em sua especificidade sem a consideração do crescente e cada vez mais poderoso movimento nacionalista. Sua força emocional, ideológica e política era incontestável e Caio Prado Jr., sempre atento à realidade de seu tempo, disse algumas palavras elucidativas sobre a amplitude adquirida pelo movimento. Em 1955 afirmou contundente que a “... *campanha nacionalista já hoje se situa no mesmo plano da luta pela independência e da campanha da abolição*” (1955: 82).

A criação de inúmeras entidades formais e informais de cunho nacionalista entre políticos, militares, intelectuais, estudantes e trabalhadores como a Frente de Emancipação Nacional (1954-1956), a Frente Nacionalista (1955), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-1964), a Frente Parlamentar Nacionalista (1955-?), a Frente 11 de Novembro (1956), o Grupo Ação Política Pró-Desenvolvimento Econômico e Social (1957), o Movimento Nacionalista Brasileiro (1957-?) e a Liga Nacionalista Brasileira (1959-?) apenas confirma o diagnóstico de Caio Prado Jr.. Mas, se o nacionalismo crescia e fortalecia-se, não era menos evidente o problema representado por sua diversidade e imprecisão ideológica. Outro intelectual igualmente atuante do período nos legou um testemunho significativo sobre esta questão. Em 1957, escreveu Hélio Jaguaribe:

“São nacionalistas, no Brasil, correntes de extrema direita, ligadas, no passado, aos movimentos de propensão fascista, e correntes de extrema esquerda, como o Partido Comunista. São nacionalistas os defensores da socialização dos meios de produção e os partidários da iniciativa privada.” (1958 a: 12)

Das palavras de H. Jaguaribe podemos concluir que ser nacionalista no Brasil não era uma opção ideológica e política de conteúdo unívoco. Os conceitos nação, nacionalismo e nacionalista são na realidade rótulos nomeadores de realidades tão diversas entre si que pouco colaboram para compreendermos o conteúdo concreto do movimento durante os anos populistas. A dificuldade de aplicar tais palavras em sentido preciso para descrever e explicar fenômenos histórico-sociais não é, entretanto, um problema enfrentado apenas pela crítica e historiografia brasileira. Referindo-se à experiência européia, Francesco Rossolillo afirmou, por exemplo, que o conteúdo semântico do termo nação “apesar de sua imensa força emocional, permanece ainda entre os mais confusos e incertos do dicionário político” (1995: 797). A mesma constatação é feita por E. Hobsbawm, para quem “a palavra ‘nação’ é atualmente utilizada de forma tão ampla e imprecisa que o uso do vocabulário do nacionalismo pode significar, hoje, muito pouco” (1990: 18).

Entender o nacionalismo brasileiro implica em refazer sua trajetória e conteúdos específicos, já que os conceitos referem-se a realidades ambíguas, distintas e mesmo contraditórias. Não pretendemos, entretanto, esgotar um tema tão amplo. Nossa prioridade é outra: interessamos explorar a relação entre nacionalismo e desenvolvimento auto-sustentado, porque tal relação foi um dos núcleos centrais do movimento entre os anos 1930 e 1964 e, provavelmente, uma questão ainda significativa para quem nutre algum tipo de interesse pelo processo de

desenvolvimento brasileiro.

A emergência do nacionalismo enquanto fenômeno político no Brasil está relacionada com o fim do Estado oligárquico e com a subsequente política de massas implantada no País. A depressão econômica resultante da crise de 1929 afetou profundamente a América Latina que, na época, reunia países com economias marcadamente exportadoras de artigos primários. A incapacidade de manter os preços desses produtos e o fluxo das exportações deixou economicamente arrasada a maior parte dos países do subcontinente e gerou reflexos políticos surpreendentes. Eric Hobsbawm observou, por exemplo, que doze países latino-americanos mudaram de governo em 1930-1, sendo dez deles através de golpes militares (1995: 108). Regimes políticos genericamente qualificados de nacionalistas, populistas ou nacional-populares - lembrados pela presença carismática de líderes como Perón na Argentina, Vargas no Brasil, Cárdenas no México e José Maria Velasco Ibarra no Equador -, emergem em meio à crise dos anos 30 e 40.

A agenda nacionalista do populismo latino-americano apresentava-se de duas maneiras essenciais. Em primeiro lugar, através de decisões políticas de impacto, definidas como indispensáveis à soberania e ao desenvolvimento econômico nacional. A expropriação de companhias de petróleo estrangeiras no México, a criação da PETROBRAS no Brasil e a nacionalização das ferrovias na Argentina são, neste caso, exemplares. Em segundo lugar, o populismo agiu deliberadamente no sentido de integrar as camadas populares ao sistema político e social então vigente. A retórica popular, o reconhecimento geralmente tutelado de organizações sindicais e camponesas, a estruturação de partidos de massa e o atendimento de algumas demandas sociais e trabalhistas foram os meios de cooptar as camadas populares.

A identificação do “povo” com a “nação” era a forma ideológica de ocultar as diferenças de classe e de interesses presentes no Estado e na sociedade. Substituiu a identidade de classe pelas idéias genéricas, e imprecisas de “povo” e “nação”. Tudo isso permitia criar uma comunidade nacional homogênea imaginária, fundamental para assegurar o consenso sobre a legitimidade do Estado. Desde então “povo” e “nação” passam a ser verdadeiros sinônimos e o nacional-populismo tornou-se uma ideologia de integração social fundamental à manutenção dos novos Estados emergentes da crise do Estado oligárquico.

No Brasil, o reflexo político imediato da crise de 1929 foi a Revolução de 1930 e na avaliação de certos especialistas deste período, como Francisco Weffort, a revolução não foi produto de um conflito radical entre setores arcaicos, vinculados à atividade agrário-exportadora, e setores modernos, comprometidos com a industrialização (1980: 46). Em 1930, o que de fato ocorreu foi o colapso do modelo econômico agrário-exportador devido à crise internacional e o inevitável desmoronamento do Estado e da política oligárquica. O novo Estado emergente da crise estruturou-se ampliando sua base social devido à dificuldade de qualquer setor social exercer uma possível hegemonia política. A retórica nacional-populista de Getúlio Vargas tinha, portanto, endereço certo. Visava a atingir e sobretudo cooptar as massas populares, especialmente as cidadinas, porque elas representavam, em última análise, o setor que poderia dar sustentação e legitimidade ao novo Estado brasileiro.

O nacional-populismo caracterizou-se, não por acaso, como uma prática política ambígua. Garantiu certos ganhos reais às camadas populares e até mesmo apelou freqüentemente para sua mobilização. Mas igualmente obstruiu uma possível organização independente das mesmas, garantindo a manutenção da dominação. **Grosso modo**, o nacional-populismo pode ser definido como uma política que atendeu a certas demandas populares para manter o **status quo**. Essa fórmula política ficou consagrada, no Brasil, com a afirmação “façamos a revolução antes que o

povo a faça”. A mesma lógica política está presente na solução de Perón de “sacrificar uma parte para salvar o resto” e na proposta mexicana de “dar um centavo para ganhar um peso” (Rouquié, 1991: 236).

O nacionalismo característico dos anos 1930-64 configura-se, inicialmente, como uma ideologia do novo Estado e esteve associado não só ao populismo de Getúlio Vargas, mas também ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e ao reformismo social de João Goulart, isto é, às três mais importantes orientações políticas do período em foco. Mas seria um reducionismo considerar o nacionalismo como uma ideologia exclusiva do Estado brasileiro. A luta política e ideológica do período dentro dos partidos, sindicatos e associações de intelectuais, estudantes e militares foi matizada pelo vocabulário nacionalista e entre as inúmeras tendências nacionalistas não estatais do período, duas, além disso, destacaram-se pela amplitude que obtiveram no cenário político da época: o nacionalismo liberal e o nacionalismo popular. Resta saber quando, em qual proporção e com qual conteúdo o nacionalismo deixou de ser uma ideologia exclusiva do Estado para se tornar um movimento político e ideológico da sociedade que, mesmo mantendo relações com o Estado e até mesmo dando apoio a certos governos do período, não pode ser confundido com um fenômeno puramente estatal.

Grosso modo, a campanha “O petróleo é nosso” assinala o espraiamento do nacionalismo como movimento político e doutrina ideológica. Para o deputado pessedista José Joffily, naquela época um dos políticos nacionalistas mais atuantes, quando se verificou a existência de reservas petrolíferas na Bahia a inteligência brasileira teve que enfrentar o seguinte impasse: “... *se há petróleo, nós temos capacidade de explorá-lo? Temos técnica ou não temos? Devemos entregar à Esso, à Shell ou à Texaco? Ou não?*” (1982, 122) Desde então, parte da elite política e intelectual e progressivamente outros setores organizados da sociedade brasileira aderiram ao nacionalismo, definindo-o como uma ideologia indispensável à prática política preocupada e comprometida com o desenvolvimento econômico do tipo nacional, independente e auto-sustentado.

Na realidade, desde o colapso econômico de 1929 ficou patente para certos setores importantes da elite política e intelectual brasileira a precariedade de economias dependentes de exportações e a necessidade de ser forjado um desenvolvimento nacional auto-sustentado. O nacionalismo do período populista é herdeiro desta convicção e construiu seu ideário em função deste problema central. A campanha do petróleo marca, portanto, o início da organização do nacionalismo enquanto movimento político que buscava atingir e mobilizar o mais globalmente possível a sociedade brasileira.

Na prática, defender um desenvolvimento auto-sustentado significava, em primeiro lugar, criticar o modelo econômico agrário-exportador e, por extensão, a classe social a ele ligado: a oligarquia latifundiária. No movimento nacionalista brasileiro - seja em sua vertente liberal representada, por exemplo, pelos intelectuais isebianos, ou na orientação popular, característica de comunistas, socialistas e trabalhistas -, um dos maiores “vilões” da então sociedade brasileira (se não o maior) era a elite rural historicamente comprometida com a produção de artigos agrícolas para o mercado externo.

A opção nacionalista era outra e visava claramente à constituição de uma economia auto-centrada, isto é, voltada para o mercado interno. Não existiria no Brasil uma economia auto-sustentada se ela não fosse, portanto, auto-centrada. Daí porque defender este novo padrão de desenvolvimento significava, em segundo lugar, uma clara disposição política no sentido de apoiar a industrialização nacional ancorada na demanda interna. O discurso do deputado nacionalista Gabriel Passos (UDN/MG) proferido em novembro de 1957, na Câmara dos Deputados, é exemplar desta disposição:

“... [para] um país novo como o Brasil, um país cheio de possibilidades e que agora está despertando no campo industrial (...) é preciso, sobretudo, que fique de pé e vigilante a idéia nacionalista para auxiliar e pelo menos minorar a luta daqueles que realmente querem transformar no Brasil a própria riqueza, ao invés de vê-la transformada fora de nossas fronteiras. Porque é certo (...) que um país só se liberta, um país só progride quando transforma as próprias riquezas. (muito bem) O país meramente exportador de matéria-prima é país fadado ao aniquilamento e ao perecimento.” (Nov. 1957, 498)

E, da mesma forma que os nacionalistas identificaram um “vilão” social interno, representado pela elite agrária, elegeram também um “herói” social: a burguesia nacional. Falava-se, então, na necessidade de realizar-se, no País, a revolução democrático-burguesa. A teorização do que seria a “nossa revolução democrático burguesa” ocupou parte significativa da reflexão dos intelectuais nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e serviu como um forte apelo para que os diversos grupos nacionalistas do período dessem um apoio mais efetivo e sistemático, por exemplo, ao governo de Juscelino Kubitschek, definido como uma administração comprometida com o processo de industrialização nacional.

A defesa da revolução democrático-burguesa apontava para a necessidade de uma união entre burguesia nacional, proletariado, campesinato e nova classe média - os chamados setores sociais dinâmicos ou, em outras palavras, os segmentos interessados na industrialização nacional - para combaterem os setores sociais arcaicos, isto é, os latifundiários, o comércio exportador e a classe média tradicional (Jaguaribe, 1958 b: 30). Obviamente, a burguesia seria o setor social dirigente do processo na medida em que era definida como a classe fundamental para o efetivo desenvolvimento econômico auto-centrado (leia-se industrialização). Tal apelo, aliás, encontrou ressonância. Se houve um período onde os nacionalistas mantiveram certa coesão, fossem eles liberais ou reformistas de esquerda, este momento foi o do governo JK. Tal conjuntura não se sustentou posteriormente na administração João Goulart, quando o nacionalismo popular radicalizou o discurso e prática política com a ampla plataforma das reformas de base (agrária, urbana, bancária, eleitoral etc).

No âmbito da bipolarização da sociedade brasileira entre setores sociais interessados na industrialização e setores preocupados em manter a economia agrário-exportadora existia a oposição nação/anti-nação e interesses nacionais/interesses estrangeiros. Afinal, não era a oligarquia agrário-exportadora uma fração social que historicamente esteve associada aos interesses do mercado consumidor externo? Não estava evidente que o Brasil era pouco articulado do ponto de vista econômico, social e cultural e que tal quadro derivava do modelo de desenvolvimento agrário-exportador? Visto de outro ângulo, não seria a industrialização amparada no mercado interno a forma mais indicada para forjar a integração econômica, territorial e social do País? Tudo isso acabou condicionando o apoio de importantes parcelas do movimento nacionalista à “revolução democrático-burguesa” brasileira.

Esta forma de pensar a construção da nação brasileira baseia-se em interesses nitidamente econômicos ou, mais precisamente, industrialistas. É uma concepção muito próxima do modelo nacionalista alemão do século XIX, que identificava o Estado-nacional como um espaço físico e humano capaz de dar sustentação ao desenvolvimento capitalista (Hobsbawm, 1990: 41). Neste tipo de nacionalismo os possíveis “inimigos internos e externos” não se definem por oposições

culturais, étnicas, lingüísticas ou religiosas. É, ao contrário, um nacionalismo estritamente econômico. Reclama, por exemplo, uma posição clara do Estado à respeito da industrialização, exigindo investimentos em setores estratégicos e proteção contra a competição estrangeira. Suas oposições também são traçadas em termos econômicos, identificando os setores sociais internos e externos que ameaçariam o pleno desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sem recorrer necessariamente a ideologias xenófobas ou belicosas.

Uma das máximas do movimento nacionalista, que a partir da segunda metade dos anos 50 tornou-se cada vez mais presente, foi a tese de que sem a efetiva emancipação econômica não haveria independência nacional. Em outras palavras, uma economia auto-sustentável significava, em terceiro lugar, independência em relação aos interesses do capitalismo internacional. Dentro deste contexto, o “imperialismo” representava a ameaça externa número um ao desenvolvimento do País. Referindo-se ao nacionalismo, Caio Prado Jr. escreveu, em 1955, as seguintes palavras:

“Como pensamento político, ele exprime tão-somente a consciência, que adquiriu ponderável parcela da opinião pública brasileira, da situação dependente e subordinada em que se encontra o País com relação aos grandes centros financeiros e capitalistas do mundo contemporâneo.” (1955: 82)

Outras propostas do movimento articularam-se com maior ou menor grau de adesão à idéia de criar-se uma indústria livre do imperialismo tais como monopólio e investimentos estatais em setores considerados estratégicos, como energia e a indústria de base; controle sobre a entrada de capitais externos e as remessas de lucros; e o Estado como principal organizador e articulador do processo de desenvolvimento. Ser nacionalista significava, portanto, ser favorável à industrialização auto-sustentada e isso pressupunha um confronto com a oligarquia rural, no plano interno, e com o imperialismo, no plano externo.

Mas era justamente em relação ao “imperialismo” que nacionalistas liberais e de esquerda mais se desentendiam, sobretudo quando se discutia o papel do capital estrangeiro no processo de industrialização nacional. Enquanto a esquerda buscava um controle rígido sobre o ingresso de recursos estrangeiros, dando clara preferência aos empréstimos de governo a governo, os liberais apoiavam a política desenvolvimentista de JK que implementava o Plano de Metas prioritariamente com investimentos diretos de capital externo. Essas disputas jamais foram equacionadas dentro do amplo e heterogêneo movimento nacionalista, mas serviram para dividi-lo irremediavelmente.

A derrota do Marechal Lott, candidato dos setores nacionalistas nas eleições presidenciais de 1960, abalou profundamente o movimento, pondo fim às relações amistosas entre governo e setores nacionalistas. Desestabilizou sobretudo a esquerda nacionalista, forçando-a a uma severa crítica ao padrão de desenvolvimento fomentado pelo governo JK e amplamente apoiado pelos nacionalistas. O manifesto do Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB), realizado em função da derrota eleitoral, é um testemunho contundente sobre a decepção da esquerda com o nacional-desenvolvimentismo: “Em nenhum período governamental”, diz o manifesto, “os monopólios econômicos estrangeiros penetraram no Brasil, tão fundamentalmente como fizeram entre 1956 e 1960; em nenhum período encontraram tantas facilidades e tantos privilégios a estimular essa penetração.” (Apud. Chade, 1960: 89). Em outras palavras, a esquerda nacionalista sentiu-se traída pelo nacional-desenvolvimentismo. Os investimentos estrangeiros afetaram os setores básicos da economia, tornando possíveis novos laços de dependência em relação ao capitalismo

internacional.

Os nacionalistas preocupados com o desenvolvimento auto-sustentado romperam, desde então, com o nacional-desenvolvimentismo e com os nacionalistas liberais. Também perceberam a incapacidade do liberal-nacionalismo de resolver os grandes dilemas sociais do Brasil. O nacionalismo industrialista e de tipo capitalista foi denunciado como entreguista e sobrepujado por um nacionalismo jacobinista, mais preocupado com a cidadania e com a expansão dos direitos sociais. O ponto nodal já não era apenas estimular um desenvolvimento auto-sustentável através de uma implacável luta contra a internacionalização da economia, mas igualmente superar o quadro social marcado pela exclusão e desigualdade social. Dentro deste contexto, o apoio às reformas de base tornou-se central no movimento durante o início da década de 1960.

O vocabulário em comum e sobretudo impreciso do nacionalismo, baseado em termos como “nação”, “povo” e “interesses nacionais”, apenas contribuiu para a dissimulação das diferenças subjacentes às suas diversas orientações. Tanto o nacionalismo estatal - representado pelo nacional-populismo, pelo nacional-desenvolvimentismo e pelo nacional-reformismo - quanto o não estatal em suas duas principais vertentes, isto é, a liberal e a popular possuíam interesses, prioridades e perspectiva de classe bem diversas. Em resumo, o nacionalismo do período 1930-1964 entra em cena como uma ideologia característica do populismo, a serviço de uma elite ainda majoritariamente oligárquica e interessada em cooptar as camadas populares. Torna-se a orientação ideológica dos setores industrialistas durante o governo de JK e termina violentamente reprimida pelo golpe de 1964 enquanto uma ideologia das esquerdas e dos movimentos populares organizados. A trajetória da retórica nacionalista deslocou-se, portanto, do campo do poder para tornar-se paulatinamente o referencial ideológico que legitimava as lutas populares. Seu conteúdo concreto também sofreu um profundo deslocamento: deixou de ser uma reflexão estritamente voltada para o desenvolvimento econômico de tipo burguês para ser a ideologia das esquerdas do período, incluindo trabalhistas, socialistas e comunistas, devido à sua preocupação claramente reformista e social.

BIBLIOGRAFIA

- CHADE, Caliu. Nov./Dez. 1960. A autocrítica do Movimento Nacionalista Brasileiro. *Revista Brasiliense*. São Paulo, n. 32, p. 88-91.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958.
- JAGUARIBE, Hélio. 1958 b. *Condições institucionais do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC.
- JOFFILY, José. *Depoimento de José Joffily, 1977*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1982.
- PASSOS, Gabriel. *Discurso Parlamentar. Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, v. XXXVI, 1957,
- PRADO Jr., Caio. Nacionalismo e capital estrangeiro. *Revista Brasiliense*. São Paulo, n. 2, nov./dez., p. 80-93. 1955.
- ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: Bobbio, Norberto et al. *Dicionário de política*. 7 ed.,

Brasília: Editora UnB, p. 795-799, 1995.
ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-ocidente. Introdução à América Latina.** São Paulo:
Editora da USP, 1991.
WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e
Terra, 1980

Vânia Maria Losada Moreira
Professora Adjunta do Depto de História da UFES